

Assunto: Prestação de Contas Anual do Exercício de 2025 - PROCON/JF

De: Prefeitura de Juiz de Fora <notificacao@1doc.com.br>

Data: 19/03/2026, 07:03

Para: expediente@camarajf.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA
Protocolo nº 760
Em 20/03/2026

EXPEDIENTE
Prefeitura de
Juiz de Fora

Ofício 3.715/2026:

Prezados e Prezadas,

Com cordiais cumprimentos,

Encaminho, através do presente ofício, a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2025 da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora.

Fico à disposição.

Cordialmente,


Tainah Moreira Marrazzo da Costa

Superintendente/Presidente Junta Recursal - Procon/JF

Saiba como responder este Ofício

Prezados, para responder esse e-mail favor clicar em RESPONDER. O endereço que aparece na notificação não pode ser copiado e colado no campo destinatário. Em caso de dúvidas, entrar em contato com: suporte.prefeituraagil@pjf.mg.gov.br

Atenção: existem anexos relacionados a este documento. Acesse a versão completa abaixo para ter acesso.

 Acompanhar online »

Para cancelar recebimento de comunicação de Prefeitura de Juiz de Fora neste e-mail, [clique aqui](#).

EM 15/04/26
LIDO
PRESIDENTE



JUIZ DE FORA
P R E F E I T U R A

PROCON JF

**RELATÓRIO DE CONTROLE
INTERNO SOBRE AS CONTAS
ANUAIS DO EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2025**

Sumário

1. Introdução	4
2. Avaliação da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	5
2.1. Avaliação Orçamentária	5
2.1.1. Balanço Orçamentário	5
2.1.2. Análise da Execução Orçamentária	6
2.2. Avaliação Financeira	7
2.2.1. Balanço Financeiro	7
2.2.2. Análise do Balanço Financeiro	7
2.3. Balanço Patrimonial	8
2.3.1. Indicadores do Balanço Patrimonial	9
2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais	10
2.4.1. Análise das Variações Patrimoniais	10
2.5.1. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
3. Disponibilidades x Restos a Pagar	11
4. Destinação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos	12
5. Ações de Controle Realizadas	12
6. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades Privadas	13
7. Medidas Adotadas para Proteção do Patrimônio Público	14
8. Avaliação das Metas da LOA e do PPA	15
9. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do SICOM	17
10. Parecer Conclusivo	18
11. Anexos:	19
11.1. Tabela 01 - Balanço Orçamentário – Receitas	19
11.2. Tabela 02 - Balanço Orçamentário - Despesas	20
11.3. Tabela 03 - Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados	21
11.4. Tabela 04 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	21
11.5. Tabela 05 - Balanço Financeiro	22
11.6. Tabela 06 - Balanço Patrimonial	24
11.7. Tabela 07 - Demonstração das Variações Patrimoniais	27
11.8. Tabela 08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	28
Notas Explicativas	30

Titular da Autarquia

AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA
Assinado de forma digital por AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA
Data: 2025.03.16 17:49:08 -0300'

Tainah Moreira Marrazzo da Costa
Superintendente

Controle Interno Setorial

PORTARIA CONJUNTA Nº 223 - CGM / PROCON - Altera membros da Comissão responsável pelo acompanhamento das ações do Controle Interno Setorial da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora - PROCON/JF.

Aline Rocha de Souza Viana
Presidente da Comissão

1. Introdução

As informações que integram este relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM. Os demonstrativos contábeis analisados foram elaborados em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, além de acompanhar e atender os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Conselho Federal de Contabilidade quanto aos procedimentos relativos à elaboração e a divulgação desses demonstrativos para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Considera-se, ainda, o inciso I do caput e o § 1º do art. 3º e art. 9º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as diretrizes são consubstanciadas Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição.

Além disto, atende à determinação contida na Portaria nº 341 - CGM, de 22 de janeiro de 2026, da Controladoria Geral do Município - CGM, que aprova o Manual do Relatório de Controle Interno das Autarquias e Fundações, consoante ao estabelecido no Anexo 1 da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais, o **PROCON JF** apresenta o resultado das análises das contas anuais do exercício de 2025 e o parecer conclusivo sobre as mesmas, demonstradas no presente Relatório de Controle Interno.

2. Avaliação da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Neste tópico estão avaliados, separadamente, os indicadores do Balanço Patrimonial e as análises da Execução Orçamentária, análise do Balanço Financeiro, análise das Variações Patrimoniais e a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos das “Demonstrações Contábeis”.

Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

2.1. Avaliação Orçamentária

O Orçamento do PROCON JF, para o exercício de 2025, instituído por meio da Lei Municipal nº 15.042, de 26 de dezembro de 2024, estimou a receita no montante de **R\$ 7.284.944,34** e as transferências financeiras previstas, perfaz o total de **R\$ 4.344.080,81**. A despesa fixada corresponde ao mesmo montante, isto é, no valor total de **11.629.025,15**.

Previsão Inicial da Despesa	11.629.025,15
Previsão Inicial da Receita (-)	7.284.944,34
Transferência Recebida (=)	4.344.080,81

2.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018 e aprovada pelo CFC, e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sua estrutura evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. Demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, que são detalhadas em níveis relevantes de análise, por meio do confronto entre o orçamento inicial e suas alterações com a execução orçamentária, demonstrando, assim, o resultado orçamentário, conforme se verifica no “item 11 – Anexos”, Tabelas de 01 a 04.

A receita arrecadada foi da ordem de **R\$ 2.014.971,50**. Desse total, destacam-se as receitas próprias arrecadadas pelo **PROCON JF** quais sejam: **Receita Patrimonial, de Serviços e Outras Receitas Correntes**.

As transferências dos recursos financeiros do Tesouro Municipal foram da ordem de **R\$ 8.903.774,83**, utilizados para fazer face às despesas executadas no exercício.

A despesa total executada no exercício foi de **R\$ 5.390.347,08** sendo que **100,00%** dos gastos foram na categoria econômica das Despesas Correntes, que correspondem aos gastos relativos à pessoal e às despesas administrativas, classificadas como Outras Despesas Correntes. Não houve execução com as Despesas de Capital.

2.1.2. Análise da Execução Orçamentária

Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

<u>Dotação Atualizada da Despesa</u>	<u>11.629.025,15</u>	=	1,02
Previsão Inicial da Receita + Prev. Transferências	11.394.291,42		

Este quociente é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Atualizada da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA. Demonstra que a despesa fixada é maior do que a receita prevista, evidenciando que foram abertos R\$ 234.733,73 de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro e recursos remanejados de outras unidades gestoras.

Quociente de Execução da Receita:

<u>Receita Realizada + Saldo das Transferências</u>	<u>4.619.413,66</u>	=	0,41
Previsão Inicial da Receita + Prev. Transferências	11.394.291,42		

Este é o indicador que permite avaliar a precisão do orçamento, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas. Demonstra que a Receita Realizada foi menor que a Receita Prevista.

Quociente de Execução da Despesa:

<u>Despesa Empenhada</u>	<u>5.390.347,08</u>	=	0,46
Dotação Atualizada da Despesa	11.629.025,15		

Este quociente avalia a eficácia do orçamento no que se refere à fixação da despesa, bem como relação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento/execução ou uma economia orçamentária. Neste caso evidencia uma economia orçamentária da ordem de R\$ 6.238.678,07.

Quociente de Resultado Orçamentário:

Receita Realizada + Saldo das Transferências	4.619.413,66	=	0,86
Despesa Empenhada	5.390.347,08		

Este quociente é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando que o resultado menor do que “1”, evidencia “déficit” orçamentário de execução.

2.2. Avaliação Financeira

Em atendimento ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo estabeleceu a “programação financeira e o cronograma mensal de desembolso” trinta dias após a publicação da LOA. Esse cronograma é considerado um instrumento de acompanhamento, pois visa estabelecer o equilíbrio entre o fluxo provável dos recursos financeiros e a necessidade de atendimento das despesas já fixadas no orçamento.

2.2.1. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados aos saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme se verifica no “item 11 – Anexos”, Tabela 05.

2.2.2. Análise do Balanço Financeiro**Quociente do Resultado da Execução Financeira**

Receita Realizada + Saldo das Transferências	4.619.413,66	=	0,92
Despesa Orçamentária Paga	5.011.691,08		

Este quociente demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit de execução orçamentária e financeira, visto que é considerada a despesa pelo regime de caixa. Evidencia um “déficit” orçamentário na ordem de **R\$ 392.277,42** na execução e na movimentação financeira.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

Saldo p/o exercício seguinte	2.533.449,02	=	0,95
Saldo do exercício anterior	2.667.618,99		

Esse quociente demonstra o saldo que passa para o exercício seguinte em confronto com o saldo do exercício anterior. Se menor do que “1”, o saldo que passa para o exercício seguinte é **menor** do que o saldo anterior. Essa hipótese evidencia a ocorrência de um “déficit” financeiro, isto é, os recebimentos do exercício foram **menores** do que os pagamentos do exercício.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária

Receita Realizada	2.014.971,50	=	0,40
Despesa Orçamentária Paga	5.011.691,08		

Esse quociente indica o quanto a Receita Orçamentária Arrecadada representa em relação a Despesa Orçamentária Paga. Assim, por meio dessa relação, obtém-se outra forma de evidenciar o resultado financeiro real.

Menor que “1” há déficit financeiro, ou seja, indica que as receitas orçamentárias recebidas foram menores que as despesas orçamentárias pagas. Conclusão: Quanto maior o quociente, menor será a necessidade de transferências financeiras para execução da despesa orçamentária.

2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, demonstra a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica do Município e evidencia os aspectos qualitativos e quantitativos do Patrimônio no final do exercício financeiro, conforme se verifica no “item 11 – Anexos”, Tabela 06.

2.3.1. Indicadores do Balanço Patrimonial

Situação Financeira:

<u>Ativo Financeiro</u>	2.533.449,02	=	2,96
Passivo Financeiro	855.035,34		

Este quociente indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. O resultado maior que “1” demonstra a existência de Superávit Financeiro, na ordem de **R\$ 1.678.413,68**, que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Liquidez Corrente:

<u>Ativo Circulante</u>	2.560.364,35	=	4,80
Passivo Circulante	533.915,00		

Este quociente demonstra quanto o **PROCON JF** poderá dispor em recursos de Curto Prazo (caixa, bancos, estoques, e etc.) para pagar suas dívidas Circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos de curto prazo, contas a pagar, etc.).

Assim observamos que no resultado encontrado as disponibilidades são suficientes para cobrir os Passivos de Curto Prazo, indicando sobra de Ativo de Curto Prazo para honrar os Passivos de Curto Prazo.

Endividamento Geral:

<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	533.915,00	=	0,13
Ativo Total	4.131.407,18		

Este índice é utilizado para apurar o grau de endividamento da entidade, demonstrando quanto do ativo total da entidade está comprometido com exigibilidades. Neste caso, indica que apenas uma pequena parcela dos ativos está comprometida com as obrigações e dívidas do **PROCON JF**.

Composição de Endividamento:

<u>Passivo Circulante</u>	533.915,00	=	1,00
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	533.915,00		

Este índice demonstra que a totalidade das obrigações corresponde a dívidas de curto prazo e realizar-se-á no próximo exercício financeiro.

2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, evidencia as variações patrimoniais diminutivas e as variações patrimoniais aumentativas, visando demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade, conforme se verifica no “item 11 – Anexos”, Tabela 07.

2.4.1. Análise das Variações Patrimoniais

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

Total das Variações Aumentativas	10.920.606,29	=	0,95
Total das Variações Diminutivas	11.449.903,22		

O resultado demonstra que para o total das Variações Ativas foi de R\$ 0,95 para cada R\$ 1,00 do total das Variações Passivas, evidenciando uma diminuição patrimonial no exercício e, conseqüentemente, o resultado das variações patrimoniais foi deficitário na ordem de R\$ 529.296,93.

2.5. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa especifica as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, o que permite maior gerenciamento e controle financeiro da entidade. As contas utilizadas são as da classe de Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções, conforme se verifica no “item 11 – Anexos”, Tabela 08.

2.5.1. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida

Caixa Liq. Gerado nas Operações	-132.310,01	=	-0,25
Total do Passivo	533.915,00		

Indica a parcela de recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. O índice é resultado de um saldo negativo de “Caixa Líquido Gerado nas Operações”.

Quociente da Atividade Operacional

Caixa Liq. Gerado nas Operações	-132.310,01	=	0,99
Total da Geração Liq. De Caixa	-134.169,97		

Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade que foi atribuída às atividades operacionais, o que demonstra que 0,99% da Geração Líquida de Caixa correspondem às atividades operacionais.

3. Disponibilidades x Restos a Pagar

TABELA 9		Vr. nominal em R\$1,00
Disponibilidades x Obrigações Financeiras		Posição em: 31/12/2025
Disponibilidades (A)		2.533.449,02
Caixa		
Bancos e Aplicações Financeiras		
Obrigações Financeiras (B)		855.035,34
Consignações		380.887,48
Restos a Pagar - Exercícios Anteriores		95.491,86
Restos a Pagar Processados Inscritos em 2025		153.027,52
Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2025		225.628,48
Resultado (A-B) Superávit/Déficit Financeiro		1.678.413,68

As disponibilidades apuradas no final do exercício de 2025 foram superiores ao total dos Restos a Pagar Inscritos, resultando em um superávit no exercício.

4. Destinação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos

Sem registro

5. Ações de Controle Realizadas

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO SETORIAL

Agência de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – PROCON/JF

Em atendimento às atribuições da Comissão de Controle Interno Setorial da Agência de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF, foram realizadas reuniões nos dias 04 e 18 de dezembro de 2025, às 14h30, na Sala de Audiências do PROCON/JF, com a finalidade de proceder à análise do Processo Administrativo nº 622/2021, referente ao Pregão Eletrônico nº 80/2020, que trata da prestação de serviços de monitoramento de sistema de alarme com manutenção de equipamento no âmbito do órgão.

Participaram das reuniões os membros da Comissão de Controle Interno Setorial: Aline Rocha de Souza Viana, Marilda Machado de Mello e Edevaldo Sebastião de Souza.

Durante a análise, foi examinado o Contrato nº 01.2021.001, firmado com a empresa CBMAP Soluções Tecnológicas Eireli – EPP, atualmente em seu quarto termo aditivo, com vigência de 12 (doze) meses a contar de março de 2025.

No que se refere à análise documental do processo, verificou-se que os documentos contratuais continham todas as assinaturas necessárias, sendo elas: da empresa CBMAP Soluções Tecnológicas Eireli – EPP, representada por Juliana Ramos Araújo dos Anjos; da Superintendente da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor, Tainah Moreira Marrazzo da Costa; bem como das servidoras Caroline Schubert e Thaís Peralva, que atuaram, respectivamente, como fiscal e gestora do contrato à época.

Entretanto, constatou-se que não estavam sendo anexadas aos comprovantes de pagamentos mensais as validações das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e). Diante dessa constatação, o Departamento de Infraestrutura (DEIN) foi devidamente comunicado quanto à necessidade de proceder aos ajustes necessários para garantir a correta validação e juntada das referidas notas fiscais aos processos de pagamento.

Adicionalmente, verificou-se que, em resposta ao Ofício nº 21977/2024 encaminhado pelo PROCON, a empresa contratada manifestou interesse na prorrogação do contrato, mantendo-se inalterado o valor da mensalidade atualmente praticada.

Diante do exposto, a Comissão registra que a análise realizada teve como objetivo verificar a regularidade documental e procedimental do processo em questão, bem como apontar eventuais ajustes necessários para o adequado cumprimento das normas administrativas e de controle interno.

Juiz de Fora, 05 de março de 2026.

Comissão de Controle Interno Setorial – PROCON/JF

Aline Rocha de Souza Viana - Presidente

Marilda Machado de Mello - Membro

Edevaldo Sebastião de Souza - Membro

6. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades Privadas

Unidade Gestora: **Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora**

Entidade	Objeto	Nº Termo	Valor Repassado em 2025
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE – CNPJ 00.703.697/0001-67	Mútua colaboração dos partícipes para a execução do projeto intitulado “PESSOAS IDOSAS NA DANÇA DA VIDA”, classificado como de extensão.	08.2025.001	R\$ 138.217,33 (cento e trinta e oito mil duzentos e dezessete reais e trinta e três centavos)



7. Medidas Adotadas para Proteção do Patrimônio Público

Medidas Adotadas para Proteção do Patrimônio Público da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF

Inicialmente, comunicamos a realização periódica de levantamento físico completo de todo o acervo patrimonial da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF, visando a elaboração de inventário com numeração própria e sequencial, bem como a etiquetagem (com logomarca) dos bens móveis (computadores, mesas, equipamentos).

Nos casos de empréstimo de qualquer bem móvel a outra Unidade, é emitido o Termo de Cessão/Empréstimo correspondente, a fim de garantir o devido controle e monitoramento.

Quanto aos veículos sob responsabilidade do PROCON/JF, esclarecemos que todos estão devidamente segurados, conforme apólices arquivadas em processos próprios, e são submetidos a revisões periódicas.

As edificações da Agência são monitoradas 24 horas, contando com sistema de alarme e câmeras de vigilância, sob monitoramento da Empresa CBMAP, conforme especificações detalhadas em contrato arquivado em processo próprio.

Em virtude das alterações na disposição dos ambientes nos primeiro e segundo andares, foi realizada a revisão do projeto de segurança contra incêndios do PROCON/JF, conforme o projeto arquivado em processo próprio.

Por fim, ressaltamos a realização de ações contínuas visando promover o uso responsável e consciente do patrimônio público.

Juiz de Fora, março de 2026.

Raquel Engelender Neves
PROCON/DEIN/SMPAP
Supervisora

8. Avaliação das Metas da LOA e do PPA

Vr. nominal em
R\$1,00

TABELA 10

Avaliação do Cumprimento das Metas Previstas para 2025			
GESTÃO INSTITUCIONAL - 007			
PROGRAMA: CONSCIENTIZAR OS CONSUMIDORES E AGENTES DE MERCADO 14.422.0007.22550000			
META	PPA	LOA	Execução
Física	11.198	1.000	13.832
Financeira	1.349.706,31	360.000,00	
PROGRAMA: PROMOVER AÇÕES E CAMPANHAS INFORMATIVAS 14.131.0007.22560000			
META	PPA	LOA	Execução
Física	524.326	4.500	5929
Financeira	627.000,00	627.000,00	

O Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos do Procon de Juiz de Fora executou cursos, workshops, palestras, oficinas, capacitações, ações do Procon Aqui, ações do Procon Na Escola, bem como elaborou materiais educativos e de orientação.

A ação desenvolvida pelo **Procon Aqui** visa otimizar atendimentos, expandindo a área de atuação do Procon sem a necessidade de abertura de novas regionais e promovendo a aproximação do órgão com os consumidores de diferentes regiões, garantindo o acesso de toda a população. Propiciar às comunidades uma abordagem educativa e de ações fiscalizatórias.

O **Projeto Procon na Escola**, consiste em intervenções realizadas no ambiente escolar com o intuito de despertar nos estudantes o interesse pela Educação Financeira, bem como pelo Consumo Consciente e Sustentável, tornando-os, conseqüentemente, multiplicadores desses saberes nos ambientes em que convivem. O foco também é orientá-los a saber discernir e realizar escolhas sobre os bens e serviços que utilizarão, e, ao mesmo tempo, conscientizá-los de seus direitos e responsabilidades.

O Procon também executa ações educativas por meio da **Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF)**. A Escola é um projeto elaborado para ser o alicerce central de diversas ações ofertadas pelo Procon de Juiz de Fora. Partindo da premissa de que o primeiro estágio dos problemas consumeristas é a desinformação e a falta de acesso aos tópicos educacionais pertinentes à temática, entende-se a necessidade da criação de uma estrutura que possibilite um trabalho de base para a população de Juiz de Fora.

Através do Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos coordena o **Programa de Tratamento ao Superendividamento** cujo objetivo é desenvolver ação personalizada, voltada para o tratamento de situação de superendividamento do consumidor, por meio de atendimentos personalizados e individualizados, visando a adequação das despesas às receitas e repactuação de dívidas.

Além das ações relatadas acima o Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos criou o **Observatório das Relações de Consumo** cujo objetivo é realizar o levantamento, tratamento e análise dos dados referentes às reclamações feitas na sede do Procon.

Ainda, no ano de 2025 o Procon, por meio do DEPP, desenvolveu ações educativas e de conscientização como JurisTur, Campanha Superconsumidor Consciente, Ecodireitos, Boas festas, Semana do Código de Defesa do Consumidor e Semana De Proteção às Finanças da Pessoa Idosa em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Desta forma, a partir das ações acima descritas, o Procon de Juiz de Fora ofertou ações de conscientização para **13.832** pessoas de forma direta e promoveu ações educativas e campanhas educativas que atingiram a um público de aproximadamente 24.104 consumidores.

				Projetada	Forma de Execução	Executada 2025
0007 - Gestão Institucional	255 - Conscientizar os Consumidores e Agentes de Mercado	Público conscientizado	unidade	13198	Projetos educacionais: (palestras, treinamentos, simpósios, seminário, oficinas, cursos e workshops); Procon na Escola: 21 escolas, 48 ações; Financiamento de ação cultural executada pela UFJF voltada para a terceira idade: – 03 ações – produção de cartilhas Estatuto do Idoso em Linguagem Acessível. Lançamento de cartilha em parceria com a Secretaria Especial de Igualdade Racial	1.638 2.194 5.000 5.000 total de 13.832
0007 - Gestão Institucional	256 - Promover ações e campanhas informativas	Público informado	unidade	529326	Atendimentos: consumidores atendidos; Procon Aqui: 25 ações Programa de Tratamento ao Superendividamento: casos acompanhados; Publicações informativas (Procon em Números (mensal), Giro Semanal (semanal), Fornecedor em Foco (quadrimestral) Pesquisas (preço de combustível – semanal), (preço de GLP – mensal), Pesquisas temáticas Inscritos no Instagram	16.296 171 1.612 36 60 5929 Total de 24.104 + 529326

Fonte: Dados informados pela Gerente/DEPP/Procon- JF

Juiz de fora, 04 de março de 2026.

Gisele Zaquini Lopes Faria
Gerente do Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos

9. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do SICOM

No que se refere ao cumprimento dos prazos de encaminhamento das informações ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, registra-se que, ao longo do exercício de 2025, esta Autarquia realizou o envio regular dos módulos exigidos, observando os prazos estabelecidos nas normas e orientações expedidas por aquela Corte de Contas.

Cumprir registrar, contudo, que em determinadas ocasiões foram enfrentadas dificuldades operacionais relacionadas à disponibilidade do próprio sistema SICOM, especialmente durante o envio de arquivos relativos aos módulos de **Acompanhamento Mensal (AM)** e **Balancete**, em razão de períodos de indisponibilidade da plataforma ou instabilidade de acesso, ainda que previamente programados para manutenção ou atualização do sistema. Tais situações, por vezes impactam o fluxo operacional de transmissão dos dados, exigindo reprocessamento das remessas e monitoramento constante por parte da equipe responsável.

Não obstante essas intercorrências de ordem tecnológica, os prazos regulamentares vêm sendo observados, sendo adotadas rotinas internas de verificação e controle que asseguram a consistência das informações encaminhadas, bem como a regularidade das remessas ao Tribunal de Contas.

Nesse contexto, permanece como desafio institucional a contínua evolução das soluções tecnológicas que viabilizem maior integração entre os sistemas de gestão administrativa, financeira e contábil utilizados pelo ente público e as plataformas de recepção de dados dos órgãos de controle, de modo a conferir maior eficiência, segurança e qualidade às informações prestadas.

10. Parecer Conclusivo

1 - A análise dos demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais, bem como da execução das metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA, permite concluir que a gestão da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor de Juiz de Fora – PROCON/JF, no exercício de 2025, apresentou compatibilidade entre o planejamento governamental, a execução das ações institucionais e os resultados alcançados. Observa-se que o órgão encerrou o exercício com patrimônio líquido positivo, superávit financeiro e capacidade de solvência no curto prazo, evidenciando adequada gestão das disponibilidades financeiras e das obrigações registradas.

Não obstante esse cenário, verificou-se a ocorrência de resultado patrimonial desfavorável no exercício, bem como redução das disponibilidades financeiras ao longo do período. Tais circunstâncias, embora não tenham comprometido a capacidade de solvência da entidade, indicam a necessidade de acompanhamento permanente da execução financeira e patrimonial.

Nesse contexto, verifica-se que a gestão do exercício analisado manteve aderência aos instrumentos de planejamento governamental e observância aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão fiscal, conforme estabelecido na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

2 - No campo das políticas públicas finalísticas, destaca-se o desempenho das ações educativas desenvolvidas pelo Departamento de Estudos, Pesquisas e Projetos – DEPP, cujos resultados demonstraram superação das metas físicas previstas nos programas de conscientização e orientação ao consumidor, demonstrando aderência entre os instrumentos de planejamento e a execução das políticas públicas voltadas à proteção e defesa do consumidor.

Conclui-se que tal prestação encontra-se em condições de ser submetida à apreciação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 16 de março de 2026.

Aline Rocha de Souza Viana
Controle Interno Setorial
Presidente da Comissão

AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO
CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA 0000177

Assinado de forma digital por AGENCIA DE PROTECAO E
DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA 0000177
Data: 2026.03.16 17:56:52 -0300

Tainah Moreira Marrazzo da Costa
Superintendente - PROCON JF

11. Anexos:

11.1. Tabela 01 - Balanço Orçamentário – Receitas

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORGÃO SICOM: 0175605
EXERCÍCIO: 2025

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.884.944,34	6.884.944,34	2.014.971,50	(4.869.972,84)
RECEITA TRIBUTÁRIA				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				
RECEITA PATRIMONIAL	600.000,00	600.000,00	289.130,18	(310.869,82)
RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS	1.623.244,14	1.623.244,14	6.264,59	(1.616.979,55)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.381.700,20	1.381.700,20		(1.381.700,20)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.280.000,00	3.280.000,00	1.719.576,73	(1.560.423,27)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	400.000,00	400.000,00		(400.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ALIENAÇÃO DE BENS				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00		(400.000,00)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	7.284.944,34	7.284.944,34	2.014.971,50	(5.269.972,84)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS				
Mobiliária				
Contratual				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	7.284.944,34	7.284.944,34	2.014.971,50	(5.269.972,84)
DÉFICIT (VII)			3.375.375,58	3.375.375,58
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	7.284.944,34	7.284.944,34	5.390.347,08	(1.894.597,26)
SALDOS DE EX. ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		234.733,73		
Superávit Financeiro		234.733,73		

11.2. Tabela 02 - Balanço Orçamentário – Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (IX)	9.676.883,22	9.911.616,95	5.390.347,08	5.164.718,60	5.011.691,08	4.521.269,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.049.636,08	3.923.636,08	3.026.075,31	3.026.075,31	2.880.515,62	897.560,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.627.247,14	5.987.980,87	2.364.271,77	2.138.643,29	2.131.175,46	3.623.709,10
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.717.408,20	1.717.408,20				1.717.408,20
INVESTIMENTOS	1.717.408,20	1.717.408,20				1.717.408,20
INVERSÕES FINANCEIRAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)						
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	11.394.291,42	11.629.025,15	5.390.347,08	5.164.718,60	5.011.691,08	6.238.678,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Dívida Contratual						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Dívida Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	11.394.291,42	11.629.025,15	5.390.347,08	5.164.718,60	5.011.691,08	6.238.678,07
SUPERÁVIT (XVI)						
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	11.394.291,42	11.629.025,15	5.390.347,08	5.164.718,60	5.011.691,08	6.238.678,07

11.3. Tabela 03 - Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	26.634,90	120.994,17	39.293,06	39.293,06	12.844,15	95.491,86
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	38.610,00	0,00	0,00	0,00	38.610,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS	26.634,90	82.384,17	39.293,06	39.293,06	12.844,15	56.881,86
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.859,96	1.859,96	1.859,96	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	1.859,96	1.859,96	1.859,96	0,00	0,00
INVERSÕES	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.634,90	122.854,13	41.153,02	41.153,02	12.844,15	95.491,86

11.4. Tabela 04 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	45.725,82	45.725,82	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	45.725,82	45.725,82	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00		0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00		0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	45.725,82	45.725,82	0,00	0,00

Base de Informações referente à 18/02/2026

11.5. Tabela 05 - Balanço Financeiro

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

BALANÇO FINANCEIRO

ORGÃO SICOM: 0175605

EXERCÍCIO: 2025

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	2.014.971,50	Despesa Orçamentária (VI)	5.390.347,08
Ordinária	7.034,89	Ordinária	3.141.994,58
Vinculada	2.007.936,61	Vinculada	2.248.352,50
Recursos Vinculados à Educação	0,00	Recursos Destinados à Educação	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	Recursos Destinados à Saúde	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	1.131,36	Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	38.895,00
Demais Vinculações Legais	2.006.805,25	Demais Vinculações Legais	2.209.457,50
Outras Vinculações	0,00	Outras Vinculações	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	8.903.774,83	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	6.299.332,67
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	5.368.605,88	Transferências Concedidas para a	1.632.609,93
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	3.498.033,37	Transferências Concedidas Independentes Execução Orçamentária	4.629.587,16
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	37.135,58	Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	37.135,58
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras		Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	
Desbloqueios de Valores em Caixa		Bloqueios de Valores em Caixa	
Recebimentos Extra-Orçamentários (III)	7.280.323,85	Pagamentos Extra-Orçamentários (VIII)	6.643.560,40
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	225.628,48	Pagamentos de Restos a Pagar Não	41.153,02
Inscrição de Restos a Pagar Processados	153.027,52	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	45.725,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.056.998,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	712.252,84
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.844.669,20	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.844.428,72
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	2.667.618,99	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	2.533.449,02

Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício Anterior (Exceto RPPS)	2.667.618,99	Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício Atual (Exceto RPPS)	2.533.449,02
Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício Anterior RPPS		Caixa e Equivalentes de Caixa do Exercício Atual RPPS	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados do Exercício Anterior		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados do Exercício Atual	
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	20.866.689,17	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	20.866.689,17

Base de Informações referente à 18/02/2026



11.6. Tabela 06 - Balanço Patrimonial

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

BALANÇO PATRIMONIAL

ORGÃO SICOM: 0175605

EXERCÍCIO: 2025

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	2.560.364,35	PASSIVO CIRCULANTE	533.915,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.533.449,02	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	153.027,52
Créditos a Curto Prazo		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	
Estoques	26.915,33	Transferências Fiscais a Curto Prazo	
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		Provisões a Curto Prazo	
Ativo Biológico		Adiantamentos de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	380.887,48
VPD Pagas Antecipadamente		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	
		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	
		Fornecedores a Longo Prazo	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.571.042,83	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	
<u>Realizável a Longo Prazo</u>	3.320,40	Transferências Fiscais a Longo Prazo	
Créditos a Longo Prazo	3.320,40	Provisões a Longo Prazo	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		Demais Obrigações a Longo Prazo	
Estoques		Resultado Deferido	
VPD Pagas Antecipadamente		TOTAL DO PASSIVO	533.915,00
<u>Investimentos</u>		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
<u>Imobilizado</u>	1.567.722,43	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<u>Intangível</u>			
		Patrimônio Social e Capital Social	

		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
		Reservas de Capital	
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	
		Reservas de Lucros	
		Demais Reservas	
		Resultado do exercício	(529.296,93)
		Resultados Acumulados de exercícios anteriores	4.126.789,11
		(-) Ações / Cotas em Tesouraria	
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.597.492,18
TOTAL	4.131.407,18	TOTAL	4.131.407,18

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES LEI 4.320/1964			
ATIVO FINANCEIRO	2.533.449,02	PASSIVO FINANCEIRO	855.035,34
ATIVO PERMANENTE	1.597.958,16	PASSIVO PERMANENTE	
TOTAL DO ATIVO	4.131.407,18	TOTAL DO PASSIVO	855.035,34
		SALDO PATRIMONIAL	3.276.371,84



QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO LEI 4.320/1964			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	910,00	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contra garantias recebidas	910,00	Garantias e Contra garantias concedidas	
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres	
Direitos Contratuais		Obrigações Contratuais	
Demandas judiciais		Demandas judiciais	
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	
TOTAL	910,00	TOTAL	

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO LEI 4.320/1964			
FONTES DE RECURSOS			Exercício Atual
Ordinária			-552.910,07
Ordinária	1500000		-560.072,96
Ordinária	2501000		7.162,89
Vinculada			2.231.323,75
Outras Destinações de Recursos	1759000		-988,42
Outras Destinações de Recursos	2749000		2.562,07
Outras Destinações de Recursos	2759000		2.229.750,10
TOTAL			1.678.413,68

Base de Informações referente à 18/02/2026

11.7. Tabela 07 - Demonstração das Variações Patrimoniais

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORGÃO SICOM: 0175605
EXERCÍCIO: 2025

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00
Contribuições	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.264,59
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	369.030,96
Transferências e Delegações Recebidas	8.905.634,79
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	126.324,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.513.351,44
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	10.920.606,29

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual
Pessoal e Encargos	3.076.628,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.916.776,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,09
Transferências e Delegações Concedidas	6.439.409,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.087,89
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	11.449.903,22
Resultado Patrimonial do Período	(529.296,93)

Base de Informações referente à 18/02/2026

11.8. Tabela 08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORGÃO SICOM: 0175605
EXERCÍCIO: 2025

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
INGRESSOS	17.820.414,18
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2.014.971,50
Receita Tributária	
Receita de Contribuições	
Receita Patrimonial	
Receita Agropecuária	
Receita Industrial	
Receita de Serviços	6.264,59
Remuneração das Disponibilidades	289.130,18
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.719.576,73
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	15.805.442,68
DESEMBOLSOS	17.952.724,19
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	4.958.492,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	138.217,33
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	12.856.014,23
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(132.310,01)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	
ALIENAÇÃO DE BENS	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	
DESEMBOLSOS	1.859,96
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.859,96
CONCESSÃO DE EMPRÉTIMOS E FINANCIAMENTOS	
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.859,96)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTOS	
DESEMBOLSOS	
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(134.169,97)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.667.618,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.533.449,02

Base de Informações referente à 18/02/2026



Notas Explicativas 2025:

As Demonstrações Contábeis deste relatório foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM e incluem dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON JF.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), que se referem ao exercício financeiro de 2025.

1. Balanço Orçamentário

1.1. Descrição das Receitas e Despesas Intraorçamentárias:

O PROCON não arrecadou Receitas Intraorçamentárias no exercício em análise. Entretanto, ocorreram Despesas Intraorçamentárias para a Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no valor de R\$ 326.399,70 e, ainda, Contribuição ao Plano de Assistência Saúde Servidor no valor de R\$ 6.421,15.

1.2. Despesas executadas por tipo crédito (inicial, suplementar, especial)

Houve movimentação orçamentária no valor de R\$ 590.215,93. Desse total, R\$ 355.482,20 referem-se a alterações de dotações dentro da própria unidade gestora e, por isso, não alteram o valor do orçamento inicialmente previsto para a despesa. Contudo, também ocorreram suplementações decorrentes de superávit financeiro, que acresceram ao orçamento inicial o montante de R\$ 234.733,73.

Segue, na tabela abaixo, a relação dos Decretos que alteraram o orçamento inicialmente previsto na LOA 2025 para o PROCON-JF:

UG Conforme o Art.1º	TIPO	NÚMERO	LEI	DATA DECRETO	DATA PUBLICAÇÃO	FONTE	TOTAL POR UG - R\$
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.028	15.042/24	27/01/25	28/01/25	Sobra Financeira	50.586,45
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.085	15.042/24	13/02/25	14/02/25	Sobra Financeira	7.034,95
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.129	15.042/24	11/03/25	11/03/25	Sobra Financeira	138.217,33
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.002	15.042/24	16/01/25	16/01/25	Cancelamento	37.067,33
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.013	15.042/24	20/01/25	21/01/25	Cancelamento	2.182,60
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.171	15.042/24	26/03/25	27/03/25	Cancelamento	1.400,00
337100 -	DECRETO	17.359	15.042/24	16/07/25	17/07/25	Cancelamento	50.392,27

FUNCOM							
337100 - FUNCOM	DECRETO	17.443	15.042/24	03/09/25	04/09/25	Cancelamento	88.440,00
333100 - PROCON	DECRETO	17.072	15.042/24	07/02/25	08/02/25	Sobra Financeira	38.895,00
333100 - PROCON	DECRETO	17.128	15.042/24	11/03/25	11/03/25	Cancelamento	66.000,00
333177 - PROCON/RH	DECRETO	16.968	15.042/24	06/01/25	07/01/25	Cancelamento	14.000,00
333177 - PROCON/RH	DECRETO	17.177	15.042/24	27/03/25	28/03/25	Cancelamento	20.000,00
333177 - PROCON/RH	DECRETO	17.356	15.042/24	14/07/25	15/07/25	Cancelamento	60.000,00
333177 - PROCON/RH	DECRETO	17.415	15.042/24	19/08/25	20/08/25	Cancelamento	13.000,00
333177 - PROCON/RH	DECRETO	17.481	15.042/24	02/10/25	03/10/25	Cancelamento	3.000,00
TOTAL							590.215,93

1.3. Receita Total Realizada - Transferências Financeiras Recebidas:

A receita total realizada no exercício foi da ordem de R\$ 4.619.413,66; deste montante R\$ 2.604.442,16 corresponde ao saldo dos repasses financeiros recebidos para custear as despesas orçamentárias e R\$ 2.014.971,50 são receitas arrecadadas pela Autarquia.

Registra-se que o “layout” do Balanço Orçamentário do Tribunal de Contas de Minas Gerais – TCE-MG não possui campo específico para informação desses repasses financeiros. Assim, por orientação dos técnicos do TCE-MG o valor dessas transferências, até limite das despesas executadas, foi informado no campo “Déficit” para que os totais da receita e da despesa se iguallassem. Entretanto, a forma demonstrada não evidencia o verdadeiro resultado orçamentário.

Desta forma, para que seja apurado o real superávit/déficit considera-se o total da receita realizada na ordem de R\$ 4.619.413,66, menos o total da despesa empenhada na ordem de R\$ 5.390.347,08, o que demonstra o resultado orçamentário do exercício em análise deficitário, no valor de R\$ 770.933,42.

2. Balanço Financeiro

2.1. Registro Contábil das Retenções:

As retenções de natureza orçamentária são apropriadas concomitantes ao pagamento da obrigação. As retenções extra orçamentárias são reconhecidas no passivo na fase da liquidação da despesa e sua baixa ocorre no pagamento da obrigação.

3. Balanço Patrimonial

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa Bancos			
Exercício 2025			
UG	DOMICÍLIO BANCÁRIO	NOME DO DOMICÍLIO	DEZEMBRO
333100 - AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR 337100 - FUNCON - FUNDO MUNIIPAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	001 25925 627216	PROCON JF-AG.DE PROT.E DEFESA DO	7.162,89
	001 25925 533378	PROCON JF-AG.DE PROT.E DEFESA DO COONSUMIDOR	1.880.816,62
	104 01260 0600711270	CONSIGNACOES/RPPS/INSS-PROCON/JF	890,07
	104 01260 0600711246	JF - PAGAMENTO FOLHA - PROCON	6337,40
	001 25925 62389X	FUNCON-FUNDO M.DE PROTECAO AO	298.084,99
	001 25925 2735776	FUNCON-FUNDO M.DE PROTECAO AO	337.594,98
	001 25925 672378	PROJETO PROCON NA ESCOLA	2.562,07
TOTAL			2.533.449,02

3.2. Demais Obrigações de Curto Prazo

EXERCÍCIO 2025 - UG 333100 - UG 337100						
CONTA	TÍTULO	SLD INICIAL		DÉBITO ATÉ O MÊS	CRÉDITO ATÉ O MÊS	SALDO ATUAL
218000000	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	36.141,67	C	712.252,84	1.056.998,65	380.887,48
218800000	VALORES RESTITUIVEIS	36.141,67	C	647.469,84	992.215,65	380.887,48
218810000	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO	869,57	C	295.213,94	303.098,13	8.753,76
218810100	CONSIGNACOES			6.004,31	12.718,25	6.713,94
218810110	(=)PENSAO ALIMENTICIA			3.780,37	3.780,37	
218810199	(=) OUTROS CONSIGNATÁRIOS			2.223,94	8.937,88	6.713,94
218810400	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS			4.830,00	5.740,00	910,00
218810401	(=) DEPÓSITOS E CAUÇÕES			4.830,00	5.740,00	910,00
218811500	ASSOCIACAO DE CLASSES E SINDICATOS	302,22	C	3.853,79	3.853,79	303,22
218811502	(=)ATRAM - COD. I	151,61	1072	1.072,30	151,61	151,61
218811504	(=)SINSERPU - SIND. DOS SERVIDORES PUBLICOS			1.103,96	1.103,96	
218811506	(=)SINPRO-SINDICATOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS			1.374,36	1.374,36	
218811507	(=)AFPM-ASSOC.DOS FISCALS DE POSTURA MUNICIPAIS	151,61	C	303,17	303,17	151,61
218811700	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	566,35	C	193.975,31	193.975,31	566,35
218811716	(=)CEF - EMPRESTIMO	566,35	C	181.867,23	181.867,23	566,35
218811728	(=)BRADESCO - DIGIO EMPRESTIMOS			10.712,70	10.712,70	

218811733	(=)BANCO DO BRASIL - EMPRESTIMOS II			1.395,38	1.395,38	
218811900	OUTROS CONSIGNATARIOS			86.550,53	86.810,78	260,25
218811916	(=)PLANO DE SAUDE - PJF			86.550,53	86.810,78	260,25
218820000	VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS	29.894,68	C	194.812,47	191.453,56	26.535,77
218820100	CONSIGNACOES	29.894,68	C	194.812,47	191.453,56	26.535,77
218820101	(=)RPPS - RETENCOES S/ VENC. E VANTAGENS	46.354,44	C	236.262,86	219.685,82	29.777,40
218820108	(=)ISS - INTRA OFSS	117,28	C	34.840,38	34.817,02	93,92
218830000	VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIAO	5.377,42	C	157.443,43	497.663,96	345.597,95
218830100	CONSIGNACOES	5.377,42	C	157.443,43	497.663,96	345.597,95
218830107	(=)INSS - FORNECEDOR/CREDOR - PJ	5.377,42	C	73.682,57	73.181,01	4.875,86
218830108	(=)INSS DE SERVIDORES DA ADM-CLT			53.183,62	53.361,12	177,50
218830111	(=)JRRF DE SERVIDORES				340.544,59	340.544,59
218830113	(=)JRRF DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			30.577,24	30.577,24	
218900000	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO			64.783,00	64.783,00	
218910000	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO			64.783,00	64.783,00	
218910200	(=)DIARIAS A PAGAR			49.750,46	49.750,46	
218910300	(=)SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR			15.032,54	15.032,54	

4. Demonstração do Fluxo de Caixa

4.1. Outros Ingressos Operacionais:

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
Conta Contábil	Descrição	Valor
451100000	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.903.774,83
451200000		
451300000		
218000000 (C)	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.056.998,65
113000000 (C)	OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.844.669,20
TOTAL OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		15.805.442,68

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
Conta Contábil	Descrição	Valor
351100000	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.299.332,67
351200000		
351300000		
218000000 (D)	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	712.252,84
113000000 (D)	DEMAIS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.844.428,72
TOTAL OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		12.856.014,23

5. Considerações Finais:

No âmbito dos procedimentos patrimoniais, compreendem-se as normas atinentes ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos bens móveis e imóveis, bem como aquelas relacionadas ao registro da depreciação, amortização, exaustão e redução ao valor recuperável. Contudo, tais procedimentos ainda não se encontram integralmente incorporados às rotinas contábeis do Município de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 16 de Março de 2026.

AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA
Assinado de forma digital por AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUIZ DE FORA
Dados: 2026.03.16 17:51:53 -03'00'

Tainah Moreira Marrazzo da Costa
Superintendente – PROCON JF

ERCILENE IVANA RIBEIRO BORGES
Assinado de forma digital por ERCILENE IVANA RIBEIRO BORGES
Dados: 2026.03.16 17:52:17 -03'00'

Ercilene Ivana Ribeiro Borges
STC/DEIN/PROCON JF – Contadora
CRCMG - 089550



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7E18-9160-5E51-AE83

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUI (CNPJ 07.040.601/0001-77) VIA PORTADOR TAINAH MOREIRA MARRAZZO DA COSTA (CPF 059.XXX.XXX-67) em 16/03/2026 17:49:08 GMT-03:00
Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUI (CNPJ 07.040.601/0001-77) VIA PORTADOR TAINAH MOREIRA MARRAZZO DA COSTA (CPF 059.XXX.XXX-67) em 16/03/2026 17:50:32 GMT-03:00
Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ AGENCIA DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE JUI (CNPJ 07.040.601/0001-77) VIA PORTADOR TAINAH MOREIRA MARRAZZO DA COSTA (CPF 059.XXX.XXX-67) em 16/03/2026 17:51:53 GMT-03:00
Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ ERCILENE IVANA RIBEIRO BORGES (CPF 546.XXX.XXX-04) em 16/03/2026 17:53:17 GMT-03:00
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ ERCILENE IVANA RIBEIRO BORGES (CPF 546.XXX.XXX-04) em 16/03/2026 17:59:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ TAINAH MOREIRA MARRAZZO DA COSTA (CPF 059.XXX.XXX-67) em 17/03/2026 08:21:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ RAQUEL ENGELENDER NEVES (CPF 063.XXX.XXX-08) em 17/03/2026 10:21:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ALINE ROCHA DE SOUZA VIANA (CPF 068.XXX.XXX-31) em 17/03/2026 13:43:05 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GISELE ZAQUINI LOPES FARIA (CPF 034.XXX.XXX-23) em 18/03/2026 15:17:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/7E18-9160-5E51-AE83>